

Sarney insiste na pressão à Constituinte

Nem todo mundo no Palácio do Planalto perdeu a esperança de fazer prevalecer algumas de suas teses no projeto de Constituição.



Um assessor do presidente José Sarney identificou ontem uma das causas, se não a causa maior, para as constantes derrotas que o Governo tem sofrido na mesa de negociações da Assembléia Nacional Constituinte: "Ninguém está trabalhando".

O presidente José Sarney reunirá na próxima segunda-feira as suas lideranças políticas. Na pauta, a volta do Governo à mesa de negociações, trabalhada, no momento, pelo deputado José Lourenço — o mesmo que executou operação de retirada.

O líder do PFL cobrará uma maior solidariedade dos outros líderes, já que ele, sozinho, não tem

caçife para enfrentar o deputado Ulysses Guimarães.

O problema, segundo um dos assessores do Palácio, é que "ninguém está se entendendo, falta coordenação, e é isso que precisamos corrigir". Esta falha também será cobrada.

Reação

O que se pretende — e esta é uma tentativa de reação do próprio presidente José Sarney — é sacudir o Governo da situação de conformismo em que caiu, diante do que a maioria dos seus integrantes considera inevitável: a derrota.

Esta falta de perspectiva em relação à Assembléia Nacional Constituinte chegou a tal ponto que o presidente da República, em determinado momento, admitiu abandonar a luta pela vitória dos seus pontos de vista, em troca de uma satisfação futura e pessoal, quando o País cair na ingovernabilidade que ele apontou no seu último pronunciamento à Nação.

O sentido "histórico" do pronunciamento do presidente José

Sarney, feito no dia 26 de julho último, está na crença de que ele será lembrado pela Nação e pelo seu sucessor. Alguma coisa do tipo: "Eu avisei".

O líder do Governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna, depois de uma reunião no Palácio do Planalto, com o presidente da República, traduziu bem o estado de espírito em relação à Constituinte: "Vão se arrepender".

Eleições

Mas não é apenas a descoordeação e a falta de entendimento entre os líderes que o Governo precisa superar, se ainda tem esperança de vitória na Assembléia Nacional Constituinte: as eleições municipais constituem um obstáculo quase intransponível. Sobretudo porque os constituintes que votam com o Governo não têm freqüentado muito o Congresso Nacional, mais preocupados com as campanhas eleitorais. Esta preocupação cria um outro problema para o palácio: as teses governistas não dão voto. (Celson Franco)

Parlamentares abandonam Brasília

O Congresso Nacional viveu, ontem, uma sexta-feira mais vazia do que de costume. Como não estavam programadas sessões da Câmara, Senado e Assembléia Constituinte, os parlamentares optaram por deixar Brasília e passar o final de semana em seus Estados de origem, reforçando politicamente seus candidatos para o pleito municipal de novembro próximo. Sequer o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães — um dos constituintes mais assíduos — passou ontem pelo seu gabinete, permanecendo durante todo o dia em sua residência oficial.

Corredores, túneis e salões do Congresso Nacional ficaram desertos, contrastando com os dias de votações polêmicas na Constituinte, quando mais de 15 mil pessoas circulam pelas dependências da casa. Nenhuma liderança partidária permaneceu em Brasília, a exceção do PDT, que deixou, como de costume, o vice-líder, deputado Amaury



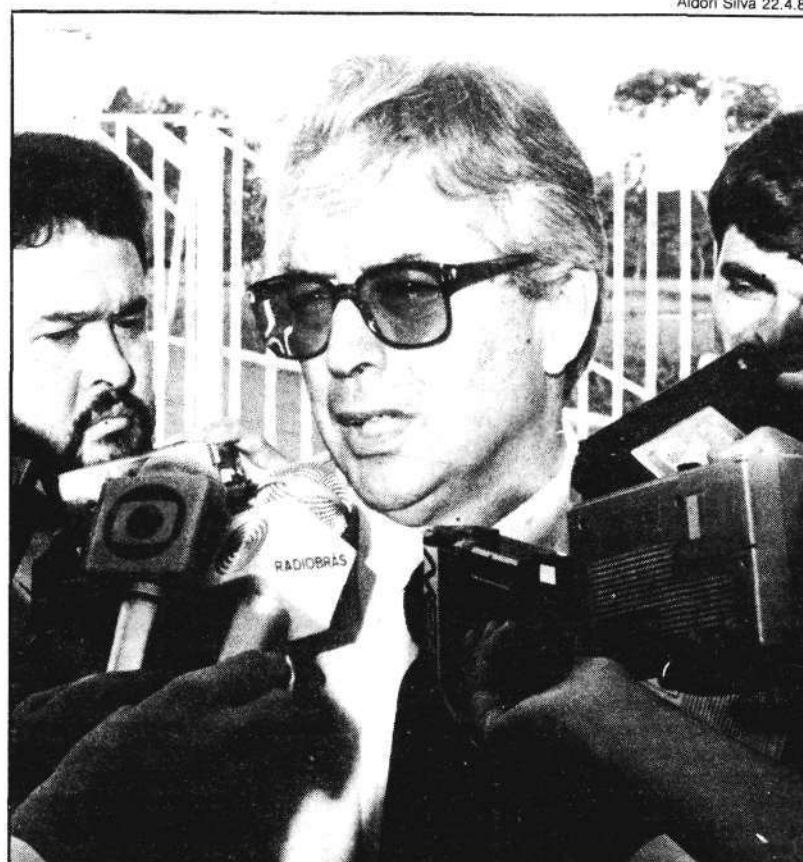
O vazio na Câmara

Müller, de plantão. A reunião de líderes, que avançou até tarde da noite na última quinta-feira, chegou a ser convocada para ontem, mas devido a divulgação da dispo-

sição do PFL retomar as negociações com os demais partidos, foi transferida para a manhã de segunda-feira.

Reunião

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, esteve, por instantes, no início da tarde, em seu gabinete, ao passo que o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, despachou pela manhã com alguns deputados e à tarde viajou para Salvador. Nem mesmo os subgrupos que estavam apreciando os destaques para o esforço concentrado da próxima semana, conseguiram *quorum* para se reunirem. Como a sessão de segunda está convocada apenas para às 18h00, os líderes e parlamentares esperam fechar acordo, pela manhã, sobre as matérias pendentes, como os dois turnos nas eleições dos municípios com 200 mil eleitores e a inelegibilidade de candidatos que possuem, como parentes governadores, prefeitos e presidente da República.



Lourenço quer mais unidade para negociações na Constituinte

Jobim alerta para decretos

O líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, disse ontem que a Constituinte terá que rever o dispositivo que estabelece a rejeição automática dos decretos-leis que não tiverem sido aprovados até a promulgação da nova Carta, sob pena de "jogar o País na insegurança jurídica". A matéria integra a lista das modificações pretendidas pelo Governo e sua supressão faz parte das condições impostas pelo PFL para que o partido retorne à mesa de negociação.

Segundo Jobim, a simples supressão do parágrafo único do Artigo 29 das Disposições Transitórias, requerida pelo líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), ao invés de solucionar o impasse criado pela rejeição automática dos decretos-leis, geraria

uma confusa situação jurídica, em que todos os decretos pendentes teriam que ser apreciados em 30 dias, de acordo com o que está disposto no corpo permanente da Constituição.

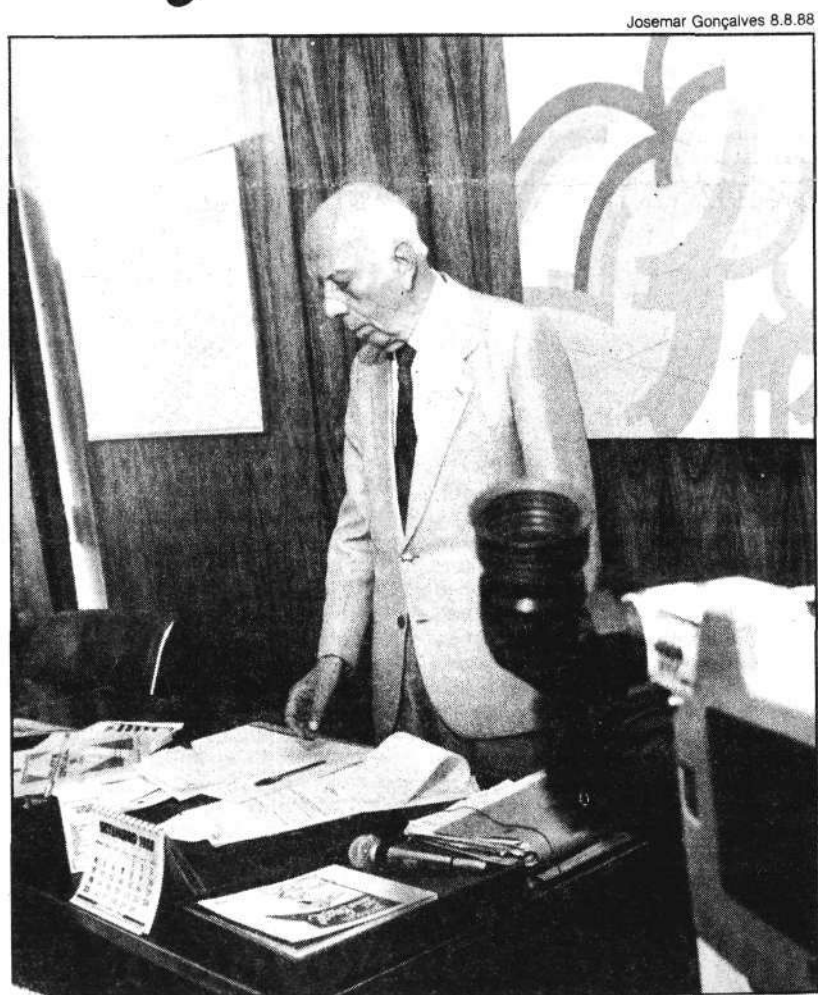
Jobim explicou que, sem mencionar o destino dos decretos-leis nas Disposições Transitórias, eles ficariam sujeitos à interpretação jurídica que, pela lógica, se basearia no dispositivo que substituiu a figura do decreto pelas "medidas provisórias com força de lei" (Art. 64 — ainda sujeito a modificações no segundo turno), que podem ser editadas pelo Presidente da República, mas têm que ser aprovadas pelo Congresso Nacional em até 30 dias. Se a matéria não for apreciada dentro desse prazo, perderá sua eficácia.

Almoço com Newton tenta unir o PMDB

Belo Horizonte — O presidente nacional do PMDB, presidente da Constituinte e presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, almoçará hoje com o governador Newton Cardoso, na fazenda Rio Rancho, que o governador tem a 130 quilômetros de Belo Horizonte, no município de Pitangui. Será servido um "frango ao molho pardo" ao presidente da Constituinte que, mais interessado na política, discutirá com Newton a unificação do PMDB de Minas Gerais. No Estado, oito deputados federais peemedebistas deixaram o PMDB, arrematados por Pimenta da Veiga, hoje candidato do PSDB à prefeitura de Belo Horizonte.

O problema de Ulysses em Minas "furou" no principal item previsto pelo governador Newton Cardoso. Ulysses, ao contrário do que era esperado, não vai mais ao comício do candidato do PMDB à prefeitura de Belo Horizonte, Alvaro Antônio, que hoje abrirá sua campanha no bairro São José, da capital. Ele desembarcará às 10h00, no aeroporto de uma fazenda do empreiteiro Roberto Lobato, próximo a Rio Rancho, o único da região com capacidade para operação de jatos.

Ulysses trabalha pela sua reeleição



Ulysses quer se reeleger para manter sua importância política

O presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), está trabalhando, ainda discretamente, mas de maneira efetiva, para aprovar, no plenário da Assembléia, proposta apresentada pelo deputado Nilson Gibson (PFL-PE), que possibilitará sua reeleição à presidência da Câmara dos Deputados, em março de 1989.

Ulysses incumbiu alguns parlamentares do chamado grupo do "poire" — que privam de sua intimidade política — de sondarem as reações da Assembléia, à perspectiva de sua reeleição para dirigir a Câmara por mais dois anos.

A reação encontrada pelos emissários de Ulysses foi considerada "muito favorável", conforme explicou, ontem, um deles, em conversa informal com o repórter do JBr.

No primeiro turno da Constituinte, foi incluído no projeto de Constituição dispositivo impedindo, expressamente, a reeleição dos presidentes do Senado e da Câmara. A proposta de Gibson, apresentada na forma de emenda com destaque, determina a eliminação desse impedimento, na futura Carta Magna do País. O relator-geral da Assembléia, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), opinou favoravelmente à aceitação da proposta Gibson. Mas, para que a idéia seja aceita, serão necessários 280 votos em favor da iniciativa, no plenário da Assembléia. Essa matéria deverá ser votada nos próxi-

mos dez dias, possivelmente durante o período de esforço concentrado, previsto para o final da semana. Por tradição, o cargo de presidente da Câmara e do Senado é ocupado pelo deputado ou senador da agremiação majoritária, naquelas casas. O impedimento à reeleição de Ulysses, inscrito na nova Constituição, consta da Carta Constitucional, inscrito ainda em vigor. Tal norma foi adotada pelo regime militar de 1964, como reação às sucessivas reeleições dos presidentes e membros das mesas de ambas as casas do Congresso. Foram atingidos, no início, o deputado Ranieri Mazzili, presidente da Câmara durante sete anos, e Auro Moura Andrade, que dirigiu o Senado por quatro anos.

Apesar da existência dessa norma, a Comissão de Justiça da Câmara, interpretando a disposição de Ulysses de se candidatar à reeleição para o cargo que hoje ocupa (ele foi eleito pela primeira vez, em Brasília, em fevereiro de 1985) decidiu que o deputado de São Paulo, em outra legislatura que se inicia (o que ocorreu em 1987) poderia ser reeleito. Agora, porém, o dispositivo constitucional do projeto veda até mesmo essa hipótese. De resto, se for reeleito, Ulysses estará sendo reconduzido ao cargo na mesma legislatura em que exerceu, por dois anos, a presidência da República. Aprovado no entanto, a proposta Gibson, não haverá qualquer impedimento à nova reeleição de Ulysses.

Multi prejudica os laboratórios

O presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais — Alanac, Adilson Martins Xavier, defende a manutenção do parágrafo 2º do artigo 177 do projeto da futura Constituição, que assegura preferências às empresas de capital nacional nas compras de bens e serviços realizadas pelo Poder Público.

Condenando a tendência de alguns parlamentares ditos nacionalistas e de esquerda, que admitem rever aquele dispositivo para atender os interesses das empresas multinacionais instaladas no País, o presidente da Alanac disse que a preferência nas compras efetuadas pelo Governo (a Central de Medicamentos, no caso do setor farmacêutico) é fundamental para a sobrevivência das empresas genuinamente nacionais.

Denúncias

"A indústria nacional de medicamentos vem sendo massacrada pela concorrência dos estrangeiros. Há 20 anos, metade do mercado farmacêutico estava nas mãos de empresas brasileiras. Hoje, as multinacionais já dominam 85%, restando-nos apenas 15% de um mercado estimado em cerca de US\$ 2 bilhões/ano. A inexistência de preferência às empresas nacionais nas vendas ao Governo, como propõe o parágrafo 2º do artigo 177 da futura Carta, apressará o domínio completo do setor pelas empresas estrangeiras", disse.

Adilson Martins Xavier, que é diretor-superintendente da Companhia Brasileira de Antibióticos — Cibran, o maior grupo privado nacional fabricante de matérias-primas farmacêuticas, denunciou que os grupos interessados em alterar aquele dispositivo estão divulgando a tese de que ele vai limitar as compras do Governo exclusivamente às empresas nacionais. "Isso não é verdade. Preferência não quer dizer exclusividade. Nós queremos apenas a preferência, como ocorre em todos os países do mundo", observou.